N.º DO PROCESSO

EXERCÍCIO DE _____ **FL.** 01

Processo N.º 405/2022 Carga N.º _____

Data do Processo 19/05/2022 Em ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

ESTADO DE SÃO PAULO

Interessad Poder Executivo

Natureza do Documento Processado Projeto de Lei nº 024/2022

Data do Documento Processado 29 de abril de 2022

Assunto Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentária para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

Ofício 313/2022

Código nº 597.947.017.062

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Folha 02
Proc. 405/2022
Resp.

Fabio S. DEADM - SEC
(via WEB)

Destinatário
Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Em 28/04/2022 às 09:20

Projeto de Lei - LDO 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, projeto de lei, por meio do seguinte expediente:

- *Ofício nº 160/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências*

Encaminho ainda, arquivo de texto do projeto em questão e anexos, para o uso que se fizer necessário.

Solicito ainda a gentileza da confirmação da protocolização do mesmo.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabio Tavares da Silva
Secretário Municipal

of_160_2022_assinado_PL_.pdf (745,06 KB)	2 *downloads*
Projeto_de_lei_LDO_2023.docx (164,66 KB)	2 *downloads*

Transparência — Quem já visualizou

Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	28/04/2022 às 10:45
Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	28/04/2022 às 10:44
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	28/04/2022 às 09:20

Acrescento os anexos em separado.

Tramitação 1- 313/2022

28/04/2022 às 09:21

Respondido



DEADM » **DEADM - SEC**

Fabio Tavares da Silva - *Secretário Municipal*

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

At,

...

Folha 03
Proc. 405/2022
Resp. TRCO

03_DEMONSTRATIVO_I.pdf (5,96 KB)	1 *download*
04_DEMONSTRATIVO_II.pdf (5,59 KB)	1 *download*
05_DEMONSTRATIVO_III.pdf (8,93 KB)	1 *download*
06_DEMONSTRATIVO_IV.pdf (5,43 KB)	1 *download*
07_DEMONSTRATIVO_V.pdf (5,33 KB)	1 *download*
08_DEMONSTRATIVO_VI.pdf (14,69 KB)	1 *download*
09_DEMONSTRATIVO_VII.pdf (4,48 KB)	1 *download*
10_DEMONSTRATIVO_VIII.pdf (4,87 KB)	1 *download*
11_RECEITAS.pdf (5,76 KB)	1 *download*
12_RISCOS.pdf (4,41 KB)	1 *download*
13_ANEXO_V.pdf (233,70 KB)	1 *download*
14_ANEXO_VI.pdf (706,66 KB)	1 *download*

Tramitação 2- 313/2022

28/04/2022 às 11:07

Respondido

Câmara Municipal
- 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Envolvidos

Fábio, recebemos o ofício nº. 313/2022, que foi protocolado, na data de 28/04/2022, com o número 405/2022.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

_

Este documento foi assinado digitalmente.

28/04/2022 às 11:08 Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE** CNPJ **50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Folha 04
Proc. 405/2022
Resp. DAB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Américo Brasiliense, 27 de abril de 2022

OFÍCIO Nº 160/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente

Temos a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o anexo projeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento – Programa para o exercício financeiro de 2023, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal e ao artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), discutido em audiência pública durante o processo de elaboração.

Observa-se que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício está sendo elaborado em consonância com programa de Governo estabelecido no Plano Plurianual para o período 2022 a 2025, bem como as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas, com a devida observação normas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, compatíveis com a estrutura de nosso Município.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre Executivo e Legislativo, submetemos a Vossa Excelência o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

Aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos, reafirmando a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
AMÉRICO BRASILIENSE – SP

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 05
Proc. 405/2022
Resp. DCB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

PROJETO DE LEI Nº 024 /2022

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Américo Brasiliense para o exercício de 2023, compreendendo:

I – As prioridades e as metas da administração municipal;

II – A estrutura e organização do orçamento;

III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – As disposições relativas à dívida pública;

V – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente; e

VII – As disposições finais.

Art. 2º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2023, até o último dia útil do mês de agosto de 2022, observada as determinações contidas nesta Lei e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes no Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 06
Proc. 405/2022
Resp. DCB

§ 1º Para cumprimento do disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, integram esta Lei os anexos de metas fiscais e os anexos de riscos fiscais.

§ 2º As diretrizes e metas constantes deste projeto de Diretrizes Orçamentárias constarão obrigatoriamente no Plano Plurianual.

§ 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo V desta Lei (Art. 165, § 2º da Constituição Federal).

§ 4º Os recursos estimados na Lei Orçamentária serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo V desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

§ 5º Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo V, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - PROGRAMA, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

II – ATIVIDADE, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário á manutenção da ação de governo; e

III – PROJETO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1º Cada programa identificará às ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1.999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 07
Proc. 405/2022
Resp. TCD

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentário por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 5º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta compreenderão a programação dos órgãos e fundos do Município.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, incisos e parágrafos, da Lei nº 4.320/64, e será composto de:

I – Mensagem contendo exposição circunstanciada nos termos do art. 22, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

II – Projeto de Lei do Orçamento;

III – Tabelas Explicativas contendo os quadros presentes no inciso III e alíneas do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, em especial a tabela de despesa realizada e receita arrecadada no exercício imediatamente anterior, desdobradas nas suas categorias econômicas.

IV – Especificações dos programas especiais de trabalho.

Art. 7º Na lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de desdobramento:

I – o orçamento a que pertence; e

II – o grupo de despesa a que se refere.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária será elaborada de forma padronizada de conformidade com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber, para a padronização das informações conforme projeto AUDESP.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2023, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar as assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 08
Proc. 4052022
Resp. RCB

I – O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão, a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento (art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

II – O princípio de transparência implica além da observação do princípio da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º Serão asseguradas aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 10. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaborados a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos e atividades (inciso I, letra "b", do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se do "caput" deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores e da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos, e de movimentação financeira de que trata o "caput" deste artigo buscar-se-á as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais; e

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 09
Proc. 405/2022
Resp. RCB

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma de execução das receitas e das despesas para suas unidades e também por categorias econômicas.

Art. 14. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 15. Nos pedidos de abertura de créditos adicionais não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, indireta e dos fundos, se:

I – Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;

II – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal (Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. A inclusão de recursos do Município para subvenções sociais, somente será permitida, àquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – C.N.A.S. (inciso I, art. 4º e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A concessão do benefício de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser definida em Lei específica e a entidade estar habilitada para seu recebimento.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar Declaração de Funcionamento Regular nos últimos 02 (dois) anos, emitido por autoridade Federal, Estadual ou Municipal e Comprovante de Regularidade do Mandato de sua Mesa Diretora (cópia da Ata da eleição da última Diretoria).

§ 3º As Entidades Privadas e Filantrópicas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 10
Proc. 405/2022
Resp. DCB

Art. 18. A inclusão na Lei Orçamentária Anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior ao montante equivalente a 0,5% da receita corrente líquida previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares (Art. 5º, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 21. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições constantes dos artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar nº 101/2000.

Art. 22. Se as despesas totais com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º, do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23. Se as despesas de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra ficará restrita somente quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 24. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal poderão conceder vantagens e aumento de remuneração aos servidores públicos municipais, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título em todas a áreas, desde que atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 11
Proc. 405/2022
Resp. JRC3

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA, DESPESA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

Art. 26. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

§ 1° A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

§ 2° Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do IPCA/IBGE.

§ 3° A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 20% (vinte por cento) por tributo lançado.

Art. 27. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medida de compensação conforme estabelecido no artigo 14, § 2° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. Durante fase de execução do orçamento o Poder Executivo deverá promover ampla transparência aos dados orçamentários, a fim de promover o controle social do gasto público e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 12
Proc. 405/2022
Resp.

Art. 30. O Executivo municipal enviará as informações para o acompanhamento das contas ao Legislativo:

I – Mensalmente, com o envio do balancete orçamentário, extra-orçamentário, financeiro, patrimonial e de variações patrimoniais;

II – Bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de acordo com § 3°, art. 165, da Constituição Federal e artigos 52 e 53 da Lei Complementar n° 101/2000;

III – Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os valores determinados legalmente pelo art. 55 da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 1° Os relatórios e demonstrativos de que trata este artigo, devem ser encaminhados por ofício contendo justificativa e análise circunstanciada sobre os dados e informações submetidos à apreciação do Legislativo.

§ 2° Os documentos submetidos para a apreciação legislativa deverão ser sumariados e numerados, a fim de garantir uma melhor análise da matéria.

Art. 31. O Executivo municipal deverá garantir a presença de membros da sociedade civil quando das audiências públicas que tratarem de matéria orçamentária."

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1° A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2° Os estudos de que trata este artigo serão apresentados ao Legislativo Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar as assinaturas acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 13
Proc. 405/2022
Resp. DECB

II – Abrir créditos adicionais suplementares no limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria e programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V – Transferir recursos no nível de código de aplicação em atendimento ao Projeto Audesp.

Art. 35. Para fins dos efeitos do artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

Art. 36. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2023, fica esse autorizado a realizar proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês em cada ano.

Art. 37. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser abertos e incorporados ao exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos limites de seus saldos.

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, obedecendo o disposto no art. 4º, inciso I, letra "b" e "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início de 2023, fica autorizado, até a sua aprovação, a remessa pelo Poder Legislativo a executar as despesas obrigatórias decorrentes de pagamento de pessoal, serviço da dívida, serviços de saúde e educação, bem como as de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) ao mês de cada ano, constantes da programação de custeio.

Parágrafo Único. A assinatura de convênios para atendimento de obras e serviços da não competência do município depende de prévia autorização legislativa.

Art. 40. O Plano Plurianual para o exercício de 2022 a 2025, será reformulado em conformidade com esta Lei.

Art. 41. Acompanham e integram a presente Lei, Demonstrativos e os Anexos V e VI.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Folha 14
Proc. 405/2022
Resp. DOC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 42. As metas para o resultado primário e nominal nos anexos desta lei seguem a padronização do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino", aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois).

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

LIDO
Em 02 / 05 / 2022
Encaminhe-se para as comissões competentes
PRESIDENTE

Aprovado em primeira discussão
Em 04 / 07 / 2022
Presidente

Aprovado em segunda discussão
Em 18 / 07 / 2022
Presidente

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/F2F7-F873-0FFD-B22E e informe o código F2F7-F873-0FFD-B22E

EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha 280
Proc. 405/2022
Resp. RCB

PL Nº 24 LDO e ANEXOS

CD contendo 265 páginas, numeradas de 15 a 279

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguarda Protocolo | 28/04/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
28/04/2022

Unidade Local
Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense - PMAB

Unidade Destino
Secretaria Administrativa - SEC

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguarda Protocolo

Turno

Urgente ?
Não

Folha 281
Proc. 405/2022
Resp. DCS

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 10:48

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição Protocolada | 28/04/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Folha 282
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
28/04/2022

Unidade Local
Secretaria Administrativa - SEC

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição Protocolada

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 10:53

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM [illegible]

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando leitura da Proposição em Plenário | 02/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 283
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
02/05/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando leitura da Proposição em Plenário

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 11:05

CÓPIA EM 3

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição lida em Plenário | 02/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Folha 284
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
02/05/2022

Unidade Local
Plenário - PLE

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição lida em Plenário

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 11:05

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição aguardando publicação | 04/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Folha 285
Proc. 405/2022
Resp. [illegible]

Data Tramitação
04/05/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Secretaria Administrativa - SEC

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição aguardando publicação

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 11:16

EM BRANCO

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição Publicada | 05/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 286
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
05/05/2022

Unidade Local
Secretaria Administrativa - SEC

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição Publicada

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Segundo determinação da Presidência, a proposição foi publicada:
Link da notícia no site da Câmara: https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/institucional/noticias/ldo-2013-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023

Link do PL no SAPL: https://sapl.americobrasiliense.sp.leg.br/materia/187

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 11:21

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OuvidAri | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando emissão de parecer da comissão | 09/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 287
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
09/05/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
CFO - Comissão de Finanças e Orçamento

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando emissão de parecer da comissão

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Ilmos. Srs. Vereadores, membros da CFO.

O Projeto de Lei nº 024 (em anexo), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a Lei Orçamentária de 2023 foi protocolado nesta Câmara e dado ciência aos Srs. Vereadores na sessão Ordinária de 02/05.
A matéria foi publicada no site da Câmara e pode ser acessada através do link da notícia no site da Câmara: https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/institucional/noticias/ldo-2013-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023 /e poderá ser acompanhado na íntegra através do link:
https://sapl.americobrasiliense.sp.leg.br/materia/187.
De acordo com o § 3º do art 218 do RI, após a publicação, o PL é remetido à Comissão de Finanças e Orçamento que deverá receber as emendas apresentadas pelos Vereadores, no prazo de 10 dias úteis.
Esta Comissão, de acordo com o § 4º, também do art 218 do RI , terá mais 15 dias de prazo para emitir o parecer sobre o projeto e sua decisão sobre as emendas.
A Secretaria Legislativa aguarda, dentro dos prazos estabelecidos e referidos acima, determinação para a realização de Audiências Públicas, através de Edital, instituídas no art 59, parágrafo único , I, do RI.
Atenciosamente,

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Maio de 2022 às 11:22

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Folha 238
Proc. 405/2022
Resp. DCD

PL 024 Parecer CFO Diretrizes Orçamentárias 2023

2 mensagens

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 9 de maio de 2022 10:19
Para: maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Diego Viveiros <diegoviveiros@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromoralles821@gmail.com, procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Ilmos. Srs. Vereadores, membros da CFO.

O Projeto de Lei nº 024 (em anexo), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a Lei Orçamentária de 2023 foi protocolado nesta Câmara e dado ciência aos Srs. Vereadores na sessão Ordinária de 02/05.

A matéria foi publicada no site da Câmara e pode ser acessada através do link da notícia no site da Câmara:

https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/institucional/noticias/ldo-2013-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023 /e poderá ser acompamhado na íntegra através do link:

https://sapl.americobrasiliense.sp.leg.br/materia/187.

De acordo com o § 3º do art 218 do RI, após a publicação, o PL é remetido à Comissão de Finanças e Orçamento que deverá receber as emendas apresentadas pelos Vereadores, no prazo de 10 dias úteis.

Esta Comissão, de acordo com o § 4º, também do art 218 do RI , terá mais 15 dias de prazo para emitir o parecer sobre o projeto e sua decisão sobre as emendas.

A Secretaria Legislativa aguarda, dentro dos prazos estabelecidos e referidos acima, determinação para a realização de Audiências Públicas, através de Edital, instituídas no art 59, parágrafo único , I, do RI.

Atenciosamente,

--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Chefe da Secretaria Legislativa
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

of_160_2022_assinado_PL_.pdf
746K

MAICON RIOS <maiconrios.direito@gmail.com> 9 de maio de 2022 10:58
Para: raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Bom dia ....
Ciente do e-mail...

Folha 279
Proc. 405/2022
Resp.

MAICON RIOS
ADVOGADO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Folha 290
Proc. 405/2022
Resp. Res

https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/institucional/noticias/ldo-2023-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023

Câmara Municipal
Américo Brasiliense - SP

Mapa do Site · Acessibilidade · Vlibras · Contraste · Acessar

Buscar no Site

Página Inicial • Ouvidoria • Holerite Web • Edital de Licitação Nº. 002/2020 - Carta Convite Nº. 001/2020

Você está aqui: Página Inicial / Institucional / Notícias / LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023

Institucional
- Legislaturas
- Vereadores
- Mesa Diretora
- Comissões
- TV Câmara
- Agenda de Eventos
- Localização
- Notícias
  - RESUMO SESSÃO DO DIA 24/06
  - Expediente suspenso até dia 27/01/2022
  - RESUMO DA SESSÃO DO DIA 07/02
  - Deputada Marcia Lia destina verba de R$ 150 mil para Américo
  - RESUMO DA SESSÃO DO DIA 06/12
  - Vereador Cidão Mineiro consegue recursos de R$300 mil reais
  - Bahia do Corte pede melhorias no meio-ambiente do Luiz Ometto
  - Presidente da Câmara quer ampliar melhorias na Saúde
  - Vereador Silas da Sadia conquista mais verbas para o município

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023

Curtir 0 · Tweetar

por Dayane Fanti — publicado 05/05/2022 15h37, última modificação 05/05/2022 15h37

Encontra-se disponível para consulta, o Projeto de Lei que " *Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*" - LDO 2023.

Acompanhe na íntegra este Projeto através do link: https://sapl.americobrasiliense.sp.leg.br/materia/187

Comunicado Oficial

Clique Aqui para Acessar o Site Antigo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

e-SIC
Serviço Electrônico de Informação ao Cidadão
FAÇA O SEU PEDIDO AQUI

Transmissão



Pesquisa de Opinião

Gostou do novo site?
- Sim, gostei
- Não gostei
- Pode melhorar

Votar

CÓPIA

15:27
24/05/2022

EM BRANCO

Folha 291
Proc. 405/2022
Resp. TUCA

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Determina Procedimento para Audiência Pública | 24/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
24/05/2022

Unidade Local
CFO - Comissão de Finanças e Orçamento

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Determina Procedimento para Audiência Pública

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
25 de Maio de 2022 às 16:11

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Folha 292
Proc. 405/2022
Resp.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

EDITAL Nº 008/2022
CONVOCAÇÃO

O Vereador **MAICON RIOS DE SOUZA**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, desta Câmara Municipal, usando da atribuição que lhe é conferida, pelo Art. 39, § 2º, letra "a", da LOMAB, convida TODOS os membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, lideranças da sociedade civil organizada e a população em geral para participarem das **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS** a serem realizadas nos dias **08 de junho às 16h e 14 de junho às 19h do corrente ano**, em obediência ao disposto no parágrafo único, I, do Art. 59 do RI para discussão do **Projeto de Lei nº 024/2022**, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", cuja íntegra do projeto estará disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, para consulta.

A referida audiência pública será realizada de forma híbrida, por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, através do **link https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA e presencial**.

A participação da plenária virtual observará os seguintes procedimentos:

I. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito, sobre as mudanças propostas pelo Projeto de Lei;

II. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para manifestação, devendo, ser anotado em ata da audiência pública o nome do participante manifestante;

III. O tempo para manifestação oral será definido em função do número de participantes e da duração total prevista na agenda.

Parágrafo único - Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pelo presidente da audiência pública.

IV. Decorridos os debates, o presidente da mesa fará as considerações finais acerca dos projetos de lei e colocará em votação plenária as mudanças definidas.

Providencie, a Secretaria, o envio dos convites para a Audiência Pública aos Membros do Legislativo, representantes do Poder Executivo, Poder Judiciário, Representante do Ministério Público Estadual e representantes das sociedades civis organizadas de Américo Brasiliense

Os convites deverão seguir acompanhados de cópia do extrato deste edital. Divulgue-se.

Sala de Reuniões das Comissões, 25 de maio de 2022.

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador Presidente da Comissão Finanças e Orçamento

EM BRANCO

Prefeitura Municipal de AMERICO BRASILIENSE

JORNAL OFICIAL

Diário Eletrônico Oficial
www.diarioeletronicooficial.com.br/diario/americobrasiliense-sp

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE | PODER LEGISLATIVO | EDITAIS

Folha 293
Proc. 405/2022
Resp. TOUB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

EDITAL Nº 008/2022
CONVOCAÇÃO

O Vereador **MAICON RIOS DE SOUZA**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, desta Câmara Municipal, usando da atribuição que lhe é conferida, pelo Art. 39, § 2º, letra "a", da LOMAB, convida TODOS os membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, lideranças da sociedade civil organizada e a população em geral para participarem das **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS** a serem realizadas nos dias **08 de junho às 16h e 14 de junho às 19h do corrente ano**, em obediência ao disposto no parágrafo único, I, do Art. 59 do RI para discussão do **Projeto de Lei nº 024/2022**, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", cuja íntegra do projeto estará disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, para consulta.

A referida audiência pública será realizada de forma híbrida, por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, através do **link** https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA **e presencial**.

A participação da plenária virtual observará os seguintes procedimentos:

I. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito, sobre as mudanças propostas pelo Projeto de Lei;

II. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para manifestação, devendo, ser anotado em ata da audiência pública o nome do participante manifestante;

III. O tempo para manifestação oral será definido em função do número de participantes e da duração total prevista na agenda.

Parágrafo único - Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pelo presidente da audiência pública.

IV. Decorridos os debates, o presidente da mesa fará as considerações finais acerca dos projetos de lei e colocará em votação plenária as mudanças definidas.

Providencie, a Secretaria, o envio dos convites para a Audiência Pública aos Membros do Legislativo, representantes do Poder Executivo, Poder Judiciário, Representante do Ministério Público Estadual e representantes das sociedades civis organizadas de Américo Brasiliense

Os convites deverão seguir acompanhados de cópia do extrato deste edital. Divulgue-se.

Sala de Reuniões das Comissões, 25 de maio de 2022.

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador Presidente da Comissão Finanças e Orçamento

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-003 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br – Fone: (16) 3392-1134

DEO
DIÁRIO ELETRÔNICO OFICIAL

Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, garantindo a autenticidade, validade jurídica e integridade.

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Determina Procedimento para Audiência Pública | 25/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 294
Proc. 405/2022
Resp. DVC3

Data Tramitação
25/05/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Secretaria Administrativa - SEC

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Determina Procedimento para Audiência Pública

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Este processo, referente ao Projeto de Lei nº 024/2022 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

O Edital em anexo deve ser publicado no Diário Oficial.

A Secretaria Administrativa deverá elaborar processo para a cotação de confecção de faixa e anúncio em carro de som, para dar publicidade a realização da audiência pública a ser realizada nas datas 8 de junho, às 16h e 14 de junho às 19h .

Também deverá ser colocado no site, formulário de sugestões para a discussão deste projeto de lei.

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
25 de Maio de 2022 às 16:12

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Folha 295
Proc. 405/2022
Resp.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

GABINETE DO VEREADOR

Américo Brasiliense, 25 de maio de 2022.

Ofício N° 156/2022

CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de discussão do referido projeto de lei, em obediência ao disposto no Artigo 44 da Lei nº 10.257/2001 e Artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes a este Projeto de Lei, sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências dessa Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link** **https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IE-DbrqOJT_CgKA**.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AMÉRICO BRASILIENSE - SP

Scanned with CamScanner

EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Audiência Pública LDO Américo Brasiliense

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 26 de maio de 2022 15:27
Para: pjamericobrasiliense@mpsp.mp.br, walterjunior@mpsp.mp.br

Folha 298
Proc. 405/2022
Resp. TRSB

Ao representante do MP de Américo Brasiliense

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes ao Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências dessa Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link** https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA

Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

2 anexos

OFÍCIO156.pdf
436K

EDITAL 008 Audência Pública LDO.pdf
370K

PÁGINA EM BRANCO

Folha 297
Proc. 405/2022
Resp. RCB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

GABINETE DO VEREADOR

Américo Brasiliense, 25 de maio de 2022.

Ofício Nº 158/2022

CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de discussão do referido projeto de lei, em obediência ao disposto no Artigo 44 da Lei nº 10.257/2001 e Artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes a este Projeto de Lei, sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências dessa Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link** **https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IE-DbrqOIT_CgKA**.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EXMO. SR.
DD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE ARARAQUARA
ARARAQUARA - SP

Scanned with CamScanner

EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Audiência Pública LDO Américo Brasiliense

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 26 de maio de 2022 15:38
Para: ur13@tce.sp.gov.br

Folha 298
Proc. 405/2022
Resp. DUC

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas de Araraquara

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes ao Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências desta Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA**.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA

Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

2 anexos

OFIëCIO 158.pdf
431K

EDITAL 008 Audência Pública LDO.pdf
370K

EM BRANCO

Folha 2999
Proc. 405/2022
Resp. Davi

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

GABINETE DO VEREADOR

Américo Brasiliense, 25 de maio de 2022.

Ofício Nº 157/2022

CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de discussão do referido projeto de lei, em obediência ao disposto no Artigo 44 da Lei nº 10.257/2001 e Artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes a este Projeto de Lei, sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências dessa Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link** **https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IE-DbrqOJT_CgKA**.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

AO
PODER JUDICIÁRIO
AMÉRICO BRASILIENSE - SP

Scanned with CamScanner

EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Audiência Pública LDO Américo Brasiliense

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 26 de maio de 2022 15:45
Para: americo2@tjsp.jus.br

Folha 300
Proc. 405/2022
Resp.

Ao representante do Poder Judiciário de Américo Brasiliense

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes ao Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências desta Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA**.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA

Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

2 anexos

OFIÍCIO 157.pdf
429K

EDITAL 008 Audência Pública LDO.pdf
370K

EM BRANCO

Folha 301
Proc. 405/2022
Resp. DOC

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

GABINETE DO VEREADOR

Américo Brasiliense, 25 de maio de 2022.

Ofício Nº 159/2022

Exmo. Sr. Prefeito

CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 024/2022 que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de discussão do referido projeto de lei, em obediência ao disposto no Artigo 44 da Lei nº 10.257/2001 e Artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;

Com cordiais saudações, sirvo-me do presente para convidar Vossa Excelência para participar das audiências públicas referentes a este Projeto de Lei, sendo a primeira a realizar-se no dia 08 de junho, às 16h, e a segunda, no dia 14 de junho, às 19h, nas dependências dessa Câmara Municipal ou por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo canal do **Youtube** da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, por meio do **link** https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqOJT_CgKA.

Peço a gentileza de que este convite seja estendido a todos os diretores e chefes de departamento.

Atenciosamente,

MAICON RIOS DE SOUZA
Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EXMO. SR.
DIRCEU BRÁS PANO
DD. PREFEITO MUNICIPAL
AMÉRICO BRASILIENSE - SP

Scanned with CamScanner

EM BRANCO

Protocolo 6.253/2022

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Situação em 27/05/2022 16:54: Novo | Código nº 571.616.536.805.337.665

Folha 302
Proc. 405/2022
Resp. TRCB

Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Para
DEADM - SEC - Se...
DEADM - PROT - Protocolo Geral, DEADM - SEC - Secretaria Municipal

Em 27/05/2022 às 16:42

Protocolo Câmara Municipal

Fábio, por favor, protocole o ofício nº 159/2022 para o Senhor Prefeito. Este ofício encaminha junto o Edital Nº 008 de Convocação da Audiência Pública PARA SER DISTRIBUÍDO TAMBÉM PARA TODOS OS DIRETORES E CHEFES DE DEPARTAMENTO.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

EDITAL_N_008_2022_AUDIENCIA_PUBLICA_LDO.pdf (369,60 KB)	0 *downloads*
A revisar	
OFICIO_159_2022.pdf (451,87 KB)	0 *downloads*
A revisar	

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	27/05/2022 às 16:54
Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	27/05/2022 às 16:42

27/05/2022 às 16:42 Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE CNPJ 50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Enviado via e-mail em 27/05/2022 às 16:42

Situação atual: Novo

Folha 303
Proc. 405/2022
Resp.

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • www.1doc.com.br

« Voltar - Central de Atendimento

https://www.americobrasiliense.sp.leg.br

Câmara Municipal
Américo Brasiliense - SP

Mapa do Site · Acessibilidade · VLibras · Contraste · Acessar

Buscar no Site

Página Inicial • Ouvidoria • Holerite Web • Edital de Licitação Nº 002/2020 - Carta Convite Nº. 001/2020 • Sugestões a LDO 2023

Institucional
- Legislaturas
- Vereadores
- Mesa Diretora
- Comissões
- TV Câmara
- Agenda de Eventos
- Localização
- Notícias
- Perguntas Frequentes
- Procuradoria Jurídica

Processo Legislativo
- Sessões Plenárias
- Pautas das Sessões
- Relatórios e Atas
- Pesquisa de Proposições

Leis
- Lei Orgânica Municipal
- Regimento Interno
- Pesquisa de Leis



RESUMO DA SESSÃO DO DIA 16/05

Na última Sessão Ordinária foram apresentadas por nossos vereadores 10 (dez) indicações, 04 (quatro) requerimentos e 02 (duas) moções.

Envie sugestões à LDO 2023
(Lei de Diretrizes Orçamentárias)
Clique para acessar à LDO

Clique Aqui
para Acessar o Site Antigo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

e-SIC
Serviço Electrônico de Informação ao Cidadão
FAÇA O SEU PEDIDO AQUI

Transmissão

15ª EXTRAO...

Folha 304
Proc. 405/2022
Resp.

EM BRANCO

https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/institucional/noticias/sugestoes-a-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo-2023

Mapa do Site · Acessibilidade · VLibras · Contraste · Acessar

Câmara Municipal
Américo Brasiliense - SP

Buscar no Site

Página Inicial • Ouvidoria • Holerite Web • Edital de Licitação Nº. 002/2020 - Carta Convite Nº. 001/2020 • Sugestões a LDO 2023

Você está aqui: Página Inicial / Institucional / Noticias / SUGESTÕES À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2023

- Institucional
- Legislaturas
- Vereadores
- Mesa Diretora
- Comissões
- TV Câmara
- Agenda de Eventos
- Localização
- Noticias
  - RESUMO SESSÃO DO DIA 24/06
  - Expediente suspenso até dia 27/01/2022
  - RESUMO DA SESSÃO DO DIA 07/02
  - Deputado Marcia Lia destina verba de R$ 100 mil para Américo
  - RESUMO DA SESSÃO DO DIA 06/12
  - Vereador Cidão Mineiro consegue recursos de R$300 mil reais
  - Saída do Corte pede melhorias no meio-ambiente do Luiz Ometto
  - Presidente da Câmara quer ampliar melhorias na Saúde
  - Vereador Silas da Saúde conquista mais verbas para o município

SUGESTÕES À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2023

Curtir 0 · Tweetar

por Dayane Fanti — publicado 27/05/2022 13h40, última modificação 27/05/2022 13h40

Venha dar suas sugestões sobre o orçamento da nossa cidade para 2023!

O Poder Legislativo de Américo Brasiliense convida você para participar nos dias 08 e 14 de junho do ano de 2022, às 16h00 a 16h00 horas respectivamente pela Internet (no Youtube e WhatsApp - 16 9 9793-3617), das Audiências Públicas de discussão do Projeto de Lei nº 024/2022, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a lei Orçamentária de 2023 e da outras providências", conforme comunicado através do Edital de Convocação Nº 008/2022.

Comunicado Oficial

A referida audiência pública será realizada de forma híbrida, por meio remoto (reunião virtual), ao vivo, pelo Youtube da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, através do link: https://www.youtube.com/channel/UCXkHkbDa_IEDbrqDJT_CgKA e presencial.

Acompanhe na íntegra este Projeto através do link: https://sapl.americobrasiliense.sp.leg.br/materia/187

LINK DO FORMULÁRIO: https://www.americobrasiliense.sp.leg.br/sugestoes-a-ldo-2023

Edital nº. 008/2022 - convocação - clique aqui

Envie sugestões à LDO 2023
(Lei de Diretrizes Orçamentárias)
Clique para acessar à LDO

Clique Aqui para Acessar o Site Antigo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

e-SIC
Serviço Electrônico de Informação ao Cidadão
FAÇA O SEU PEDIDO AQUI

Transmissão

15ª EXTRAO...

Folha 305
Proc. 405
Resp. PVC3

EM BRANCO





Folha 306
Proc. 405/2022
Resp.

EM BRANCO

Folha 307
Proc.
Resp.



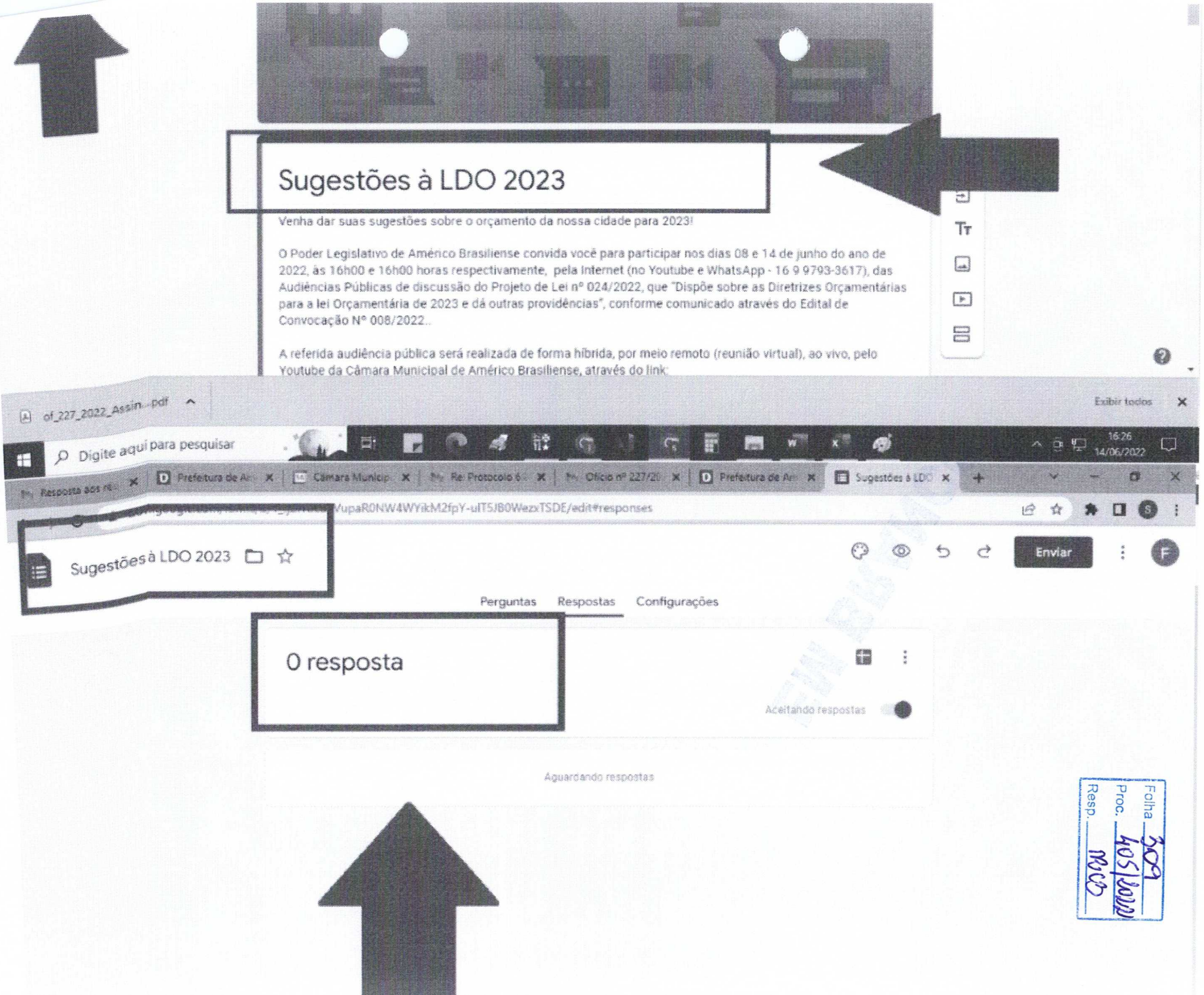
Folha 307
Proc. 405/2022
Resp. DOC

EM BRANCO



Folha
Proc. 405/2022
Resp.

EM BRANCO



Folha 309
Proc. 405/2022
Resp. MCD

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Segue para tramitações | 03/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 310
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
03/06/2022

Unidade Local
Secretaria Administrativa - SEC

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Segue para tramitações

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
8 de Junho de 2022 às 11:46

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguarda Realização de Audiência Pública sobre a Proposição | 08/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 3 11
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
08/06/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguarda Realização de Audiência Pública sobre a Proposição

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
8 de Junho de 2022 às 11:49

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC1

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Folha 312
Proc. 405/2022
Resp. TRCB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

LISTA DE PRESENÇA

Américo Brasiliense, 08 de junho de 2022.

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROJETO DE LEI Nº 024/2022 (LDO 2023)

Nome Legível	Cargo/Departamento	Documento
Leandro Limoeiro	Vereador	33709 762-8
Luciano dos Santos	Vereador	48762861-5
Alcides Luiz de Carvalho	VEREADOR	54399572 6-04
Elizandra Marques Assumpção	Diretora Dep. Educação	285.915.598-86
Dayane A. Fiuti Tanjerino	Procuradoria	Jurídica OAB SP 306601
Fabio Tonin C. de	Assistente Legislativo	41.808.849-4
Thaquel Cerqueira	Chefe da Secretaria Legislativa	RG 12.354.470

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-000 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br – Fone: (16) 3392-1134

EM BRANCO

Folha 314
Proc. 405/2022
Resp. DCC

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Ata da 1ª Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei n° 024/2022 que dispões sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 - LDO
8 de junho de 2022

Ao oitavo dia do mês de junho do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16:00h (dezesseis horas), no Plenário da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, situado na Rua Manoel Borba, 298, Centro, reuniu-se em Audiência Pública, a Comissão de Finanças e Orçamento, em obediência ao disposto no Art. 59, Parágrafo único, Inciso I, do Regimento Interno, para discussão do Projeto de Lei nº 024/2022, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Os cidadãos foram comunicados, por meio de publicação no site da Câmara, faixa colocada em local de grande movimento e visibilidade, além de anúncio através de carro de som por toda a cidade. Foram enviados convites às autoridades competentes. A Audiência foi transmitida ao vivo pelo canal da Câmara Municipal de Américo Brasiliense no YouTube, com a possibilidade de interação em tempo real pelo chat. Disponibilizou-se ainda, a possibilidade de participação de interessados presencialmente, via WhatsApp, pelo número (16) 99793-3617. Maicon Rios de Souza– Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, iniciou a sessão agradecendo e cumprimentando a todos os presentes, dentre eles, os Vereadores Cidão Mineiro e Leandro Mancha (que também consta como membro da Comissão de Finanças e Orçamento). O Presidente da Comissão, declarou aberta a Audiência Pública, enfatizando o tema a ser discutido, sendo este, o Projeto de Lei nº 024/2022, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Logo em seguida, o Presidente dirigente da sessão, justificou a ausência do Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores Silas e Roberto da Anchieta, por compromissos que foram anteriormente agendados. Informou adiante, que o edital da Audiência Pública foi publicado no dia 26/05/2022 (vinte e seis de maio de dois mil e vinte e dois) no diário oficial do município e enfatizou que o Projeto de Lei discutido foi disponibilizado no site da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, e os convites para a realização desta audiência foram remetidos nos dias

Folha 315
Proc. 405/2022
Resp. PROC

26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte dois). Posteriormente, o Presidente da Comissão cumprimentou e apresentou as presentes Drª Dayane (Procuradora da Câmara Municipal) e Elizandra (Diretora da Educação). Após as considerações iniciais, o presidente declarou aberta a discussão do Projeto de Lei, onde a Diretora da Educação iniciou a argumentação, indagando que devido ao grande número de funcionários que são necessários para o bom funcionamento da educação infantil, considerando que esta atende mais de duas mil crianças no município, oitenta porcento do orçamento educacional são destinados à folha de pagamentos, restando apenas vinte por cento para as demais necessidades deste sistema de ensino. Logo após, o Presidente da Comissão acolheu este argumento e ainda salientou que o Poder Executivo possa ser mais assertivo e prioritário em relação a educação. Adiante, a Procuradora da Câmara Municipal, Drª Dayane solicitou a palavra, e manifestou em seus argumentos a importância da presença dos Vereadores na próxima Audiência Pública, visto que eles agora detêm a legitimidade para propor emendas impositivas, estas que influenciam de maneira considerável uma parte do orçamento municipal, sendo que cinquenta porcento destas devem ser destinadas a saúde. O presidente aderiu aos argumentos da Procuradora e ainda acrescentou que seria de suma importância que o Pode Executivo já demonstrasse organização em relação as emendas impostas. Logo em seguida, agradeceu novamente a presença da Diretora da Educação, Elizandra, e depois abriu um segundo momento para discussões. Como não houve manifestação de nenhum dos presentes e internautas, o Presidente convidou a todos para que participem da próxima Audiência Pública que será realizada no dia 14/06/2022 e por fim declarou encerrada esta sessão.

Para constar, eu, Maicon Rios de Souza – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, assino esta Ata, com o membro da Comissão de Finanças e Orçamento, Leandro Henrique Moralles.

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:_____

Folha 316
Proc. 405/2022
Resp. TRICO



1ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

34 visualizações • Transmitido ao vivo em 8 de jun. de 2022

1 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...



1ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

34 visualizações • Transmitido ao vivo em 8 de jun. de 2022

1 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...

Repetição das principais mensagens do ch

Todos Relacionados Ao vivo Enviad

EM BRANCO

Folha 317
Proc. 405/2022
Resp. PMC9

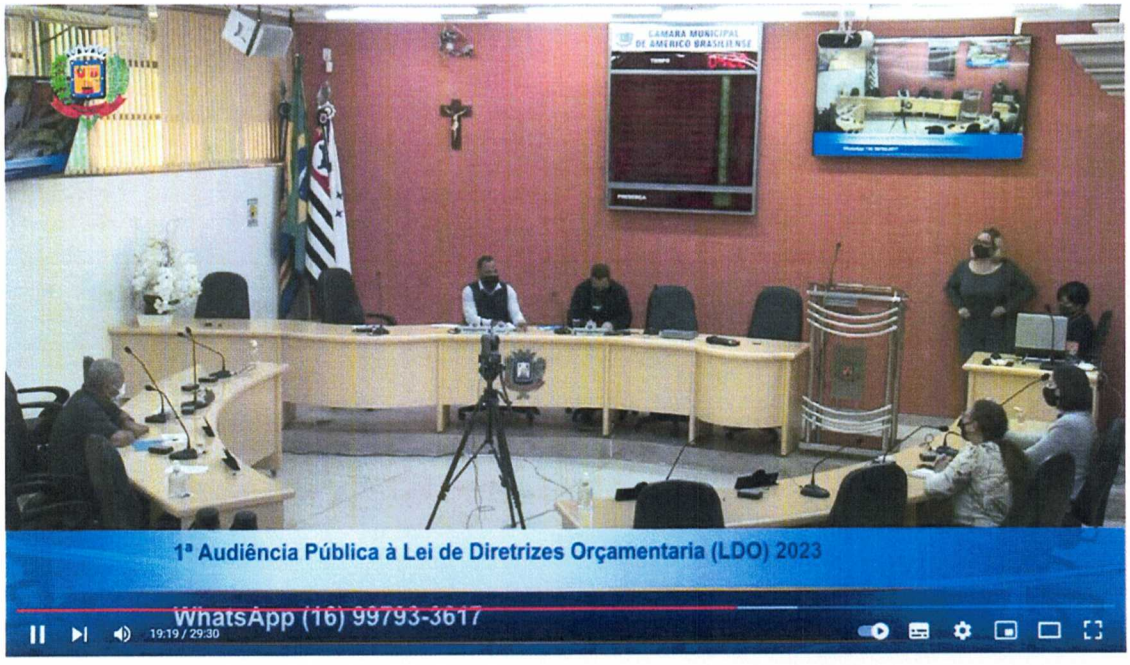
YouTube Pesquisar



1ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

34 visualizações • Transmitido ao vivo em 8 de jun. de 2022

1 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...



1ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

34 visualizações • Transmitido ao vivo em 8 de jun. de 2022

1 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Realizada a Audiência Pública sobre a Proposição | 08/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
08/06/2022

Unidade Local
Plenário - PLE

Folha 318
Proc. 405/2022
Resp. [illegible]

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Realizada a Audiência Pública sobre a Proposição

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação
Realizada a 1ª Audiência Pública LDO

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
10 de Junho de 2022 às 13:55

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC1

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Registro alterado com sucesso! ×

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguarda Realização de Audiência Pública sobre a Proposição | 14/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 319
Proc. 405/2022
Resp. RCB

Data Tramitação
14/06/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguarda Realização de Audiência Pública sobre a Proposição

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
28 de Junho de 2022 às 11:33

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC1

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Folha 320
Proc. 405/2022
Resp. PROD

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

LISTA DE PRESENÇA

Américo Brasiliense, 14 de junho de 2022.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROJETO DE LEI Nº 024/2022 (LDO 2023)

Nome Legível	Cargo/Departamento	Documento
Dayane Ap. Fanti Tangerino	Procuradoria	OAB/SP 306601
ALTAIRES LUIS DE CARVALHO	VEREADOR	18819490-3
Leonardo H. Mendes	Vereador	33709767-8
JOSÉ Roberto de Andrade	VEREADOR PRESIDENTE	27589516-6
Diego Rodrigues de Sousa	Vereador	47821398-0
Thaisa Rafaela Cunto	Chefe da Secretaria Leg.	RG 12.354.472
Pedro Paulo C. R. S.	Assistente Legislativo	RG. 42808849-4

Rua Manoel Borba, 298, Praça Caetano Nigro – CEP 14820-000 – Américo Brasiliense – SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br – Fone: (16) 3392-1134

EM BRANCO

Folha 321
Proc. 405/2022
Resp. DGD

Ata da 2ª Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei n° 024/2022 que dispões sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 - LDO
14 de junho de 2022

Ao décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, situado na Rua Manoel Borba, 298, Centro, reuniu-se em Audiência Pública, a Comissão de Finanças e Orçamento, em obediência ao disposto no Art. 59, Parágrafo único, Inciso I, do Regimento Interno, para discussão do Projeto de Lei nº 023/2021, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências". Os cidadãos foram comunicados, por meio de publicação no site da Câmara, faixa colocada em local de grande movimento e visibilidade, além de anúncio através de carro de som por toda a cidade. Foram enviados convites às autoridades competentes. A Audiência foi transmitida ao vivo pelo canal da Câmara Municipal de Américo Brasiliense no YouTube, com a possibilidade de interação em tempo real pelo chat. Disponibilizou-se ainda, a possibilidade de participação de interessados presencialmente, via WhatsApp, pelo número (16) 99793-3617. José Roberto de Andrade – Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, iniciou a sessão comunicando que os trabalhos seriam assumidos pelo Vereador Maicon Rios de Souza, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. O Presidente da Comissão, iniciou a Audiência Pública, declarou aberto os trabalhos, enfatizando o tema a ser discutido, sendo este, o Projeto de Lei nº 024/2022, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Informou adiante, que o edital da Audiência Pública foi publicado no dia 27/05/2022 (vinte e sete de maio de dois mil e vinte e dois) no diário oficial do município e enfatizou que o Projeto de Lei discutido foi disponibilizado no site da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, e os convites para a realização desta audiência foram remetidos no dia 27 (vinte e sete) do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte dois). Logo após, o Vereador, e também relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Diego Viveiros pediu a palavra e dissertou imprescindivelmente sobre a importância da Lei de Diretrizes Orçamentária, sobre sua

Folha 322
Proc. 405/2022
Resp. TROCA

finalidade e importância. Ressaltou também que seria de vital importância a presença de algum dos membros do Poder Executivo nesta segunda audiência para a discussão do referido Projeto de Lei. O relator também discursou sobre a arrecadação de receita e sua relação com a inflação atual. Destacou a importante questão das emendas impositivas, fazendo uma ressalva com a Audiência Pública anterior, pedindo uma atenção especial a essas. Ao final, agradeceu a todos e repassou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos – Maicon Rios de Souza, que novamente abriu espaço as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Presidente da Câmara Municipal - José Roberto de Andrade, neste segundo momento, também achou válido destacar a importância das emendas impositivas e pediu especial atenção dos vereadores para com elas.

Logo em seguida, sem mais nenhum levantamento ou questão, o Presidente da Comissão declarou o encerramento desta Audiência Pública.

Para constar, eu, José Roberto de Andrade – Presidente da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, assino esta Ata, com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Maicon Rios de Souza.

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:_____

Folha 323
Proc. 405/2022
Resp. TRCB

https://www.youtube.com/watch?v=2wTvNTXtIF0

YouTube BR Pesquisar



2ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

37 visualizações • Transmitido ao vivo em 14 de jun. de 2022

0 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...



2ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

37 visualizações • Transmitido ao vivo em 14 de jun. de 2022

0 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...

EM BRANCO

Folha 324
Proc. 405/2022
Resp.



2ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

37 visualizações • Transmitido ao vivo em 14 de jun. de 2022

0 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...



2ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

37 visualizações • Transmitido ao vivo em 14 de jun. de 2022

0 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...

EM BRANCO

Folha 325
Proc. 405/2022
Resp.



2ª Audiência Pública à Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) 2023

37 visualizações • Transmitido ao vivo em 14 de jun. de 2022

0 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR SALVAR ...

EM BRANCO

Registro alterado com sucesso! ×

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Realizada a Audiência Pública sobre a Proposição | 14/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 326
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
14/06/2022

Unidade Local
Plenário - PLE

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Realizada a Audiência Pública sobre a Proposição

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação
Realizada 2ª audiência pública

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
28 de Junho de 2022 às 11:36

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

PARECER FINAL CFO LDO

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 28 de junho de 2022 11:41
Para: maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Diego Viveiros <diegoviveiros@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromoralles821@gmail.com
Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Folha 327
Proc. 405/2022
Resp.

Ilmos Srs. vereadores, membros da CFO
Encaminho em anexo o PL 024/2022, LDO, para a elaboração do parecer final.
At.te.
--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

of_160_2022_assinado_PL_.pdf
746K

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando emissão de parecer da comissão | 28/06/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
28/06/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
CFO - Comissão de Finanças e Orçamento

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Folha 328
Proc. 405/2022
Resp.

Status
Aguardando emissão de parecer da comissão

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação
PARECER FINAL

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
28 de Junho de 2022 às 10:46

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC1

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER Nº 061/2022

Projeto de Lei n° 024/2022

Por intermédio do Ofício número 160/2022, da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense, encaminha-se para apreciação o Projeto de Lei que **dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.**

I – Preliminarmente:

1) Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes e **não requerendo tramitação em regime de URGÊNCIA**, devendo tramitar, portanto, em regime ORDINÁRIO, nos termos do art. 140, inciso III c.c. art. 218 e ss., do Regimento Interno desta Casa de Leis;

2) Por se tratar de **lei ordinária** sua aprovação depende de "quórum" de maioria simples dos membros deste Legislativo (Art. 44, da LOMAB);

3) A propositura veio à análise desta Comissão a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, conforme previsto no artigo 54, do Regimento Interno.

II – No mérito:

1) Considerando que esta Comissão se manifesta pela **legalidade** e **constitucionalidade** da propositura, observamos junto a Procuradoria Jurídica, que, analisando-se apenas e tão somente as documentações acostadas ao processo legislativo, não há descumprimento da Constituição Federal ou mesmo da legislação infraconstitucional, vez que **o referido projeto de lei dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023.**

2) O projeto fora objeto de debate público tendo havido a realização de audiências públicas pela Comissão de Finanças e Orçamento nas datas de 08/06 e 14/06/2022 no Plenário desta Câmara Municipal e também através da rede mundial de computadores (Youtube, WhatsApp, site oficial etc) para debate e discussão das diretrizes orçamentárias para a elaboração do futuro orçamento municipal de 2023, sendo certo, ainda, que o projeto em tela não recebeu emendas, cabendo, portanto, aos N. Edis avaliar o tema em Plenário, sendo que, como já ressaltado, do ponto de vista jurídico, não há qualquer óbice, estando vedada a propositura de emendas na fase de discussão e votação, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Casa, artigo 218, parágrafo 7º.

III – Conclusão:

1) Desta forma, não havendo óbices de ordem jurídico-constitucionais, esta Comissão opina pela **legalidade** e **constitucionalidade** do referido Projeto de Lei, vez que não contém qualquer vício em sua redação ou burla a legalidade, devendo seguir em sua regular tramitação que, por força do disposto no artigo 218,

Folha 320
Proc. 405/2022
Resp.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

parágrafo 7º do Regimento interno, determina sua imediata inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 20 de junho de 2022.

Presidente: Marly Luzia Held Pavão _____

Relator: Maicon Rios de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____

Folha 331
Proc. 405/2022
Resp. TBD

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER Nº 061/2022
Projeto de Lei nº 024/2022

De iniciativa da Prefeitura do Município de Américo Brasiliense, o Projeto de Lei nº 024/2021 **dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.**

A matéria foi apreciada em consonância com as competências atribuídas à esta Comissão pelo Artigo nº 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense (Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020).

Após recebimento do referido projeto de lei o mesmo permaneceu à disposição dos N. Edis pelo prazo regimental de 10 (dez) dias, nos termos do § 3º, do artigo 218, do Regimento Interno, para receber as eventuais emendas.

O referido projeto de lei fora objeto de debate público tendo havido a realização de **audiências públicas** por esta Comissão de Finanças e Orçamento nas datas de **08/06** e **14/06/2022** no Plenário desta Câmara Municipal e também através da rede mundial de computadores (Youtube, WhatsApp, site oficial etc) para debate e discussão das diretrizes orçamentárias para a elaboração do futuro orçamento municipal de 2023, sendo certo, ainda, que o projeto em tela **não recebeu emendas**, devendo, portanto, nos termos do § 7º, do artigo 218, do Regimento Interno ser incluído na Ordem do Dia da primeira sessão, restando vedada a apresentação de emendas em Plenário.

Ressalta-se, afinal que, tratando-se de lei que versa sobre orçamento municipal, sua tramitação deverá obedecer ao disposto no artigo 218 e seguintes, em especial a determinação de **votação em dois turnos** (artigo 187, §1º, "b" e 219, parágrafo 3º do Regimento Interno), devendo-se, nas sessões em que houver a votação da referida lei, ser reduzido o Expediente à trinta minutos, reservado o restante do tempo da sessão à discussão da matéria orçamentária (artigo 219 do Regimento Interno).

Assim, não vislumbrando a Comissão de Finanças e Orçamento qualquer óbice de natureza financeira ou orçamentária para a tramitação da matéria, submete seu parecer ao colegiado, ficando, no Mérito, sua acolhida ou não, a critério do Douto Plenário.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 20 de junho de 2022.

Presidente: Maicon Rios de Souza _____

Relator: Diego Rodrigues de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando Votação | 04/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar Excluir

Folha 332
Proc. 105/2022
Resp. RJOB

Tramitação

Data Tramitação
04/07/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando Votação

Turno
Primeiro

Urgente ?
Não

Texto da Ação
1ª Discussão

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
15 de Julho de 2022 às 11:40

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasiiense - SP

Folha 333
Proc. 405/2022
Resp.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: _____ Secretário: _____ Sessão Ordinária - Data: 04/07/2022 Hora: 17:00h

NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				PLC 008/2022		PLC 009/2022		PLC 010/2022		PLC 011/2022		PLC 013/2022		PL 024/2022 1ª Discussão	
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO				X		X		X		X		X		X	
ALDEVAM LIMA ARAÚJO				X		X		X		X		X		X	
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA				X		X		X		X		X		X	
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS				X		X						X		X	
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE				X		X		X		X		X			
LEANDRO HENRIQUE MORALLES				X		X		X		X		X		X	
MAICON RIOS DE SOUZA				X		X		X		X		X		X	
MARLY LUZIA HELD PAVÃO				X		X		X		X		X		X	
ROBERTO RODRIGUES JOB				X		X		X		X		X		X	
SILAS FERNANDES PINTO				X		X		X		X		X		X	
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO				X		X		X		X		X		X	
VALDEIR BEZERRA DA SILVA				X		X		X		X		X		X	
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO				X		X		X		X		X		X	

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição aprovada em 1º turno | 04/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
04/07/2022

Unidade Local
Plenário - PLE

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição aprovada em 1º turno

Turno
Primeiro

Urgente ?
Não

Folha 334
Proc. 405/2022
Resp. TMCB

Texto da Ação
1ª Discussão

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
15 de Julho de 2022 às 11:40

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando Votação | 18/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
18/07/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Folha 335
Proc. 405/2022
Resp. TROB

Unidade Destino
Plenário - PLE

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando Votação

Turno
Segundo

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
19 de Julho de 2022 às 16:01

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE
Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasiiense - SP

Folha 336
Proc. 405/2022
Resp.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: _____ Secretário: _____ Sessão Ordinária - Data: 18/07/2022 Hora: 17:00h

NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				PL 024/2022 2ª Discussão		Req. Urg Esp. nº. 22		Projeto de Lei nº 51							
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO				X		X		X							
ALDEVAM LIMA ARAÚJO				X		X		X							
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA				X		X		X							
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS				X		X		X							
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE						X									
LEANDRO HENRIQUE MORALLES				X		X		X							
MAICON RIOS DE SOUZA				X		X		X							
MARLY LUZIA HELD PAVÃO				X		X		X							
ROBERTO RODRIGUES JOB				X		X		X							
SILAS FERNANDES PINTO				X		X		X							
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO				X		X		X							
VALDEIR BEZERRA DA SILVA				X		X		X							
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO				X		X		X							

EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição aprovada em 2º turno | 18/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Folha 337
Proc. 405/2022
Resp.

Data Tramitação
18/07/2022

Unidade Local
Plenário - PLE

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição aprovada em 2º turno

Turno
Segundo

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
19 de Julho de 2022 às 16:02

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha 338
Proc. 405/2022
Resp. TRCD

Américo Brasiliense, 19 de julho de 2022.

Ofício n° 261/2022

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência, o Autógrafo Número 059/2022, Projeto de Lei Número 024/2022, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.", aprovado em sessão Legislativa Ordinária realizada no dia 18 de julho de 2022, às 17:00 horas.

Aproveitando a oportunidade para apresentar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

EXMO. SR.
DIRCEU BRÁS PANO
DD. PREFEITO MUNICIPAL
AMÉRICO BRASILIENSE - SP

EM BRANCO

Folha 339
Proc. 405/2022
Resp. TRCB

AUTÓGRAFO Nº 059/2022
PROJETO DE LEI Nº 024/2022

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Américo Brasiliense para o exercício de 2023, compreendendo:

I – As prioridades e as metas da administração municipal;

II – A estrutura e organização do orçamento;

III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – As disposições relativas à dívida pública;

V – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente; e

VII – As disposições finais.

Art. 2º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2023, até o último dia útil do mês de agosto de 2022, observada as determinações contidas nesta Lei e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes no Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

§ 1º Para cumprimento do disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, integram esta Lei os anexos de metas fiscais e os anexos de riscos fiscais.

§ 2º As diretrizes e metas constantes deste projeto de Diretrizes Orçamentárias constarão obrigatoriamente no Plano Plurianual.

§ 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo V desta Lei (Art. 165, § 2º da Constituição Federal).

§ 4º Os recursos estimados na Lei Orçamentária serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo V desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

§ 5º Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo V, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - PROGRAMA, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

II – ATIVIDADE, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário á manutenção da ação de governo; e

III – PROJETO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1º Cada programa identificará às ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1.999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentário por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Folha 341
Proc. 405/2022
Resp. RCB

Art. 5º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta compreenderão a programação dos órgãos e fundos do Município.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, incisos e parágrafos, da Lei nº 4.320/64, e será composto de:

I – Mensagem contendo exposição circunstanciada nos termos do art. 22, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

II – Projeto de Lei do Orçamento;

III – Tabelas Explicativas contendo os quadros presentes no inciso III e alíneas do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, em especial a tabela de despesa realizada e receita arrecadada no exercício imediatamente anterior, desdobradas nas suas categorias econômicas.

IV – Especificações dos programas especiais de trabalho.

Art. 7º Na lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de desdobramento:

I – o orçamento a que pertence; e

II – o grupo de despesa a que se refere.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária será elaborada de forma padronizada de conformidade com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber, para a padronização das informações conforme projeto AUDESP.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2023, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão, a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento (art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

II – O princípio de transparência implica além da observação do princípio da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º Serão asseguradas aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 10. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaborados a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos e atividades (inciso I, letra "b", do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se do "caput" deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores e da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos, e de movimentação financeira de que trata o "caput" deste artigo buscar-se-á as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais; e

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma de execução das receitas e das despesas para suas unidades e também por categorias econômicas.

Art. 14. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 15. Nos pedidos de abertura de créditos adicionais não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Folha 343
Proc. 405/2022
Resp.

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, indireta e dos fundos, se:

I – Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;

II – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal (Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. A inclusão de recursos do Município para subvenções sociais, somente será permitida, àquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – C.N.A.S. (inciso I, art. 4º e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A concessão do benefício de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser definida em Lei específica e a entidade estar habilitada para seu recebimento.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar Declaração de Funcionamento Regular nos últimos 02 (dois) anos, emitido por autoridade Federal, Estadual ou Municipal e Comprovante de Regularidade do Mandato de sua Mesa Diretora (cópia da Ata da eleição da última Diretoria).

§ 3º As Entidades Privadas e Filantrópicas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 18. A inclusão na Lei Orçamentária Anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior ao montante equivalente a 0,5% da receita corrente líquida previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares (Art. 5º, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 21. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições constantes dos artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar nº 101/2000.

Art. 22. Se as despesas totais com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º, do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23. Se as despesas de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra ficará restrita somente quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 24. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal poderão conceder vantagens e aumento de remuneração aos servidores públicos municipais, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título em todas a áreas, desde que atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA, DESPESA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

Art. 26. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Folha 345
Proc. 405/2022
Resp.

§ 1° A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

§ 2° Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do IPCA/IBGE.

§ 3° A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 20% (vinte por cento) por tributo lançado.

Art. 27. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medida de compensação conforme estabelecido no artigo 14, § 2° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. Durante fase de execução do orçamento o Poder Executivo deverá promover ampla transparência aos dados orçamentários, a fim de promover o controle social do gasto público e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo.

Art. 30. O Executivo municipal enviará as informações para o acompanhamento das contas ao Legislativo:

I – Mensalmente, com o envio do balancete orçamentário, extra-orçamentário, financeiro, patrimonial e de variações patrimoniais;

II – Bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de acordo com § 3°, art. 165, da Constituição Federal e artigos 52 e 53 da Lei Complementar n° 101/2000;

III – Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os valores determinados legalmente pelo art. 55 da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 1° Os relatórios e demonstrativos de que trata este artigo, devem ser encaminhados por ofício contendo justificativa e análise circunstanciada sobre os dados e informações submetidos à apreciação do Legislativo.

§ 2° Os documentos submetidos para a apreciação legislativa deverão ser sumariados e numerados, a fim de garantir uma melhor análise da matéria.

Art. 31. O Executivo municipal deverá garantir a presença de membros da sociedade civil quando das audiências públicas que tratarem de matéria orçamentária."

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1º A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2º Os estudos de que trata este artigo serão apresentados ao Legislativo Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares no limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria e programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V – Transferir recursos no nível de código de aplicação em atendimento ao Projeto Audesp.

Art. 35. Para fins dos efeitos do artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

Art. 36. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2023, fica esse autorizado a realizar proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês em cada ano.

Folha 347
Proc. 405/2022
Resp. TRÂS

Art. 37. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser abertos e incorporados ao exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos limites de seus saldos.

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, obedecendo o disposto no art. 4º, inciso I, letra "b" e "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início de 2023, fica autorizado, até a sua aprovação, a remessa pelo Poder Legislativo a executar as despesas obrigatórias decorrentes de pagamento de pessoal, serviço da dívida, serviços de saúde e educação, bem como as de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) ao mês de cada ano, constantes da programação de custeio.

Parágrafo Único. A assinatura de convênios para atendimento de obras e serviços da não competência do município depende de prévia autorização legislativa.

Art. 40. O Plano Plurianual para o exercício de 2022 a 2025, será reformulado em conformidade com esta Lei.

Art. 41. Acompanham e integram a presente Lei, Demonstrativos e os Anexos V e VI.

Art. 42. As metas para o resultado primário e nominal nos anexos desta lei seguem a padronização do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 19 de julho de 2022.

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

SILAS FERNANDES PINTO
Vice-Presidente

ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
1ª Secretária

VALDEIR BEZERRA DA SILVA
2º Secretário

Registrado às fls. _____ do livro competente nº. _____

EM BRANCO

Protocolo 8.366/2022

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Situação em 21/07/2022 14:14: Finalizado | Código nº 840.816.583.409.140.836

Folha 348
Proc. 405/2022
Resp. TRCO

Câmara Municipal
16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Para
DEADM - SEC - Se...
DEADM - PROT - Protocolo Geral, DEADM - SEC - Secretaria Municipal

Em 20/07/2022 às 15:15

Protocolo Câmara Municipal

Fábio, boa tarde

Seguem os seguintes documentos:

- Ofício Nº 261/2022 que encaminha o Autógrafo Número 059/2022;

- Ofício Nº 262/2022 que encaminha o Autógrafo Número 060/2022.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

Autografo_N_059_2022_PL_024.pdf (3,71 MB) A revisar	1 *download*
Autografo_N_060_2022_PL_051.pdf (466,07 KB) A revisar	1 *download*
OFICIO_261.pdf (157,02 KB) A revisar	1 *download*
OFICIO_262.pdf (158,33 KB) A revisar	1 *download*

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	20/07/2022 às 15:25
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	20/07/2022 às 15:23
Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	20/07/2022 às 15:16

20/07/2022 às 15:16

Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE CNPJ 50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Enviado via e-mail em 20/07/2022 às 15:16

Despacho 1- 8.366/2022

20/07/2022 às 15:23

Respondido



DEADM » **DEADM - SEC**

Fabio Tavares da Silva - *Secretário Municipal*

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Acuso o recebimento.

At,

...

Folha 349
Proc. 405/2022
Resp. TROB

Situação atual: Finalizado

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando promulgação da lei | 20/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação

Editar | Excluir

Tramitação

Folha 350
Proc. 405/2022
Resp. TIAGO

Data Tramitação
20/07/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense - PMAB

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando promulgação da lei

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
20 de Julho de 2022 às 15:06

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Ofício 568/2022

Código nº 670.816.591.033.385.549

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Fabio S. DEADM - SEC
(via WEB)

Destinatário
Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Folha 351
Proc. 405/2022
Resp.

Em 29/07/2022 às 11:02

Leis já promulgadas

Excelentíssimo Senhor Presidente
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, as seguintes leis já promulgadas:

- Lei 2421, de 21 de julho de 2022;
- Lei 2422, de 21 de julho de 2022;
- Lei 2423, de 25 de julho de 2022;
- Lei 2424, de 25 de julho de 2022;
- Lei 2425, de 25 de julho de 2022; e
- Lei 2426, de 25 de julho de 2022.

Encaminho ainda os arquivos de textos das referidas leis para o uso que se fizer necessário.

Os anexos da Lei 2421, são os mesmos enviados com o Projeto de Lei.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabio Tavares da Silva
Secretário Municipal

LIDO
Em 01/08/2022
PRESIDENTE

L_2421_2022.docx (64,95 KB)	0 *downloads*
L_2421_2022.pdf (1,22 MB)	0 *downloads*
L_2422_2022.docx (54,84 KB)	0 *downloads*
L_2422_2022.pdf (734,93 KB)	0 *downloads*
L_2423_2022.docx (55,96 KB)	0 *downloads*
L_2423_2022.pdf (833,70 KB)	0 *downloads*
L_2424_2022.docx (56,44 KB)	0 *downloads*
L_2424_2022.pdf (833,20 KB)	0 *downloads*
L_2425_2022.docx (64,04 KB)	0 *downloads*
L_2425_2022.pdf (834,03 KB)	0 *downloads*

L_2426_2022.docx (57,83 KB)	0 *downloads*
L_2426_2022.pdf (833,11 KB)	0 *downloads*

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	29/07/2022 às 12:55
Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	29/07/2022 às 11:28
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	29/07/2022 às 11:02

Folha 352
Proc. 405/2022
Resp. MSCB

Tramitação 1- 568/2022

29/07/2022 às 11:30

Respondido

Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Envolvidos

Fábio,

Recebemos o ofício nº 568/2022 (das leis promulgadas). Assim que a Secretaria Legislativa me encaminhar os respectivos processos você será informado.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

29/07/2022 às 11:30 Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE** CNPJ **50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Folha 353
Proc. 405/2022
Resp.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

LEI Nº 2421

De 21 de julho de 2022

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

DIRCEU BRÁS PANO, Prefeito do Município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de julho do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Américo Brasiliense para o exercício de 2023, compreendendo:

I – As prioridades e as metas da administração municipal;

II – A estrutura e organização do orçamento;

III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – As disposições relativas à dívida pública;

V – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente; e

VII – As disposições finais.

Art. 2º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2023, até o último dia útil do mês de agosto de 2022, observada as determinações contidas nesta Lei e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes no Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 354
Proc. 405/2022
Resp.

Orçamentárias, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

§ 1° Para cumprimento do disposto no artigo 4° da Lei de Responsabilidade Fiscal, integram esta Lei os anexos de metas fiscais e os anexos de riscos fiscais.

§ 2° As diretrizes e metas constantes deste projeto de Diretrizes Orçamentárias constarão obrigatoriamente no Plano Plurianual.

§ 3° As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo V desta Lei (Art. 165, § 2° da Constituição Federal).

§ 4° Os recursos estimados na Lei Orçamentária serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo V desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

§ 5° Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo V, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4° Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - PROGRAMA, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

II – ATIVIDADE, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário á manutenção da ação de governo; e

III – PROJETO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1° Cada programa identificará às ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria n° 42, de 14 de abril de 1.999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código '4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 355
Proc. 405/2022
Resp.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentário por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 5º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta compreenderão a programação dos órgãos e fundos do Município.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, incisos e parágrafos, da Lei nº 4.320/64, e será composto de:

I – Mensagem contendo exposição circunstanciada nos termos do art. 22, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

II – Projeto de Lei do Orçamento;

III – Tabelas Explicativas contendo os quadros presentes no inciso III e alíneas do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, em especial a tabela de despesa realizada e receita arrecadada no exercício imediatamente anterior, desdobradas nas suas categorias econômicas.

IV – Especificações dos programas especiais de trabalho.

Art. 7º Na lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de desdobramento:

I – o orçamento a que pertence; e

II – o grupo de despesa a que se refere.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária será elaborada de forma padronizada de conformidade com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber, para a padronização das informações conforme projeto AUDESP.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2023, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão, a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento (art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 256
Proc. 405/2020
Resp.

II – O princípio de transparência implica além da observação do princípio da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º Serão asseguradas aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 10. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaborados a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos e atividades (inciso I, letra "b", do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se do "caput" deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores e da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos, e de movimentação financeira de que trata o "caput" deste artigo buscar-se-á as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais; e

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma de execução das receitas e das despesas para suas unidades e também por categorias econômicas.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilier 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 357
Proc. 405/2020
Resp.

Art. 14. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 15. Nos pedidos de abertura de créditos adicionais não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, indireta e dos fundos, se:

I – Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;

II – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal (Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. A inclusão de recursos do Município para subvenções sociais, somente será permitida, àquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – C.N.A.S. (inciso I, art. 4º e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A concessão do benefício de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser definida em Lei específica e a entidade estar habilitada para seu recebimento.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar Declaração de Funcionamento Regular nos últimos 02 (dois) anos, emitido por autoridade Federal, Estadual ou Municipal e Comprovante de Regularidade do Mandato de sua Mesa Diretora (cópia da Ata da eleição da última Diretoria).

§ 3º As Entidades Privadas e Filantrópicas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 18. A inclusão na Lei Orçamentária Anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 358
Proc. 405/2022

Art. 19. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior ao montante equivalente a 0,5% da receita corrente líquida previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares (Art. 5°, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 21. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições constantes dos artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar n° 101/2000.

Art. 22. Se as despesas totais com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3° e 4°, do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23. Se as despesas de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra ficará restrita somente quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 24. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal poderão conceder vantagens e aumento de remuneração aos servidores públicos municipais, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título em todas a áreas, desde que atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA, DESPESA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 339
Proc. 405/2022
Resp. Paes

Art. 26. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

§ 1° A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

§ 2° Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do IPCA/IBGE.

§ 3° A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 20% (vinte por cento) por tributo lançado.

Art. 27. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medida de compensação conforme estabelecido no artigo 14, § 2° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. Durante fase de execução do orçamento o Poder Executivo deverá promover ampla transparência aos dados orçamentários, a fim de promover o controle social do gasto público e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo.

Art. 30. O Executivo municipal enviará as informações para o acompanhamento das contas ao Legislativo:

I – Mensalmente, com o envio do balancete orçamentário, extra-orçamentário, financeiro, patrimonial e de variações patrimoniais;

II – Bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de acordo com § 3°, art. 165, da Constituição Federal e artigos 52 e 53 da Lei Complementar n° 101/2000;

III – Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os valores determinados legalmente pelo art. 55 da Lei Complementar n° 101/2000.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 360
Proc. 405/2022
Resp.

§ 1º Os relatórios e demonstrativos de que trata este artigo, devem ser encaminhados por ofício contendo justificativa e análise circunstanciada sobre os dados e informações submetidos à apreciação do Legislativo.

§ 2º Os documentos submetidos para a apreciação legislativa deverão ser sumariados e numerados, a fim de garantir uma melhor análise da matéria.

Art. 31. O Executivo municipal deverá garantir a presença de membros da sociedade civil quando das audiências públicas que tratarem de matéria orçamentária."

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1º A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2º Os estudos de que trata este artigo serão apresentados ao Legislativo Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares no limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria e programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V – Transferir recursos no nível de código de aplicação em atendimento ao Projeto Audesp.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 362
Proc. 405/2022
Resp. DRCB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 35. Para fins dos efeitos do artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

Art. 36. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2023, fica esse autorizado a realizar proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês em cada ano.

Art. 37. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser abertos e incorporados ao exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos limites de seus saldos.

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, obedecendo o disposto no art. 4º, inciso I, letra "b" e "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início de 2023, fica autorizado, até a sua aprovação, a remessa pelo Poder Legislativo a executar as despesas obrigatórias decorrentes de pagamento de pessoal, serviço da dívida, serviços de saúde e educação, bem como as de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) ao mês de cada ano, constantes da programação de custeio.

Parágrafo Único. A assinatura de convênios para atendimento de obras e serviços da não competência do município depende de prévia autorização legislativa.

Art. 40. O Plano Plurianual para o exercício de 2022 a 2025, será reformulado em conformidade com esta Lei.

Art. 41. Acompanham e integram a presente Lei, Demonstrativos e os Anexos V e VI.

Art. 42. As metas para o resultado primário e nominal nos anexos desta lei seguem a padronização do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino", aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois).

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 363
Proc. 405/2022
Resp. TBCB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal.

FABIO TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal

Registrada às fls. 129/138 do livro competente n.º 42 (quarenta e dois).

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 343
Proc. 405/2022
Resp.

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, indireta e dos fundos, se:

I – Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;

II – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal (Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. A inclusão de recursos do Município para subvenções sociais, somente será permitida, àquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – C.N.A.S. (inciso I, art. 4º e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A concessão do benefício de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser definida em Lei específica e a entidade estar habilitada para seu recebimento.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar Declaração de Funcionamento Regular nos últimos 02 (dois) anos, emitido por autoridade Federal, Estadual ou Municipal e Comprovante de Regularidade do Mandato de sua Mesa Diretora (cópia da Ata da eleição da última Diretoria).

§ 3º As Entidades Privadas e Filantrópicas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 18. A inclusão na Lei Orçamentária Anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior ao montante equivalente a 0,5% da receita corrente líquida previstas para o mesmo exercício.

Folha 344
Proc. 405/2022
Resp. PMC3

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares (Art. 5º, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 21. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições constantes dos artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar nº 101/2000.

Art. 22. Se as despesas totais com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º, do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23. Se as despesas de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra ficará restrita somente quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 24. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal poderão conceder vantagens e aumento de remuneração aos servidores públicos municipais, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título em todas a áreas, desde que atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA, DESPESA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

Art. 26. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Folha 345
Proc. 405/2022
Resp. TBCS

§ 1º A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

§ 2º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do IPCA/IBGE.

§ 3º A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 20% (vinte por cento) por tributo lançado.

Art. 27. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medida de compensação conforme estabelecido no artigo 14, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. Durante fase de execução do orçamento o Poder Executivo deverá promover ampla transparência aos dados orçamentários, a fim de promover o controle social do gasto público e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo.

Art. 30. O Executivo municipal enviará as informações para o acompanhamento das contas ao Legislativo:

I – Mensalmente, com o envio do balancete orçamentário, extra-orçamentário, financeiro, patrimonial e de variações patrimoniais;

II – Bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de acordo com § 3º, art. 165, da Constituição Federal e artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os valores determinados legalmente pelo art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Os relatórios e demonstrativos de que trata este artigo, devem ser encaminhados por ofício contendo justificativa e análise circunstanciada sobre os dados e informações submetidos à apreciação do Legislativo.

§ 2º Os documentos submetidos para a apreciação legislativa deverão ser sumariados e numerados, a fim de garantir uma melhor análise da matéria.

Art. 31. O Executivo municipal deverá garantir a presença de membros da sociedade civil quando das audiências públicas que tratarem de matéria orçamentária."

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1º A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2º Os estudos de que trata este artigo serão apresentados ao Legislativo Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares no limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria e programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V – Transferir recursos no nível de código de aplicação em atendimento ao Projeto Audesp.

Art. 35. Para fins dos efeitos do artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

Art. 36. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2023, fica esse autorizado a realizar proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês em cada ano.

Folha 347
Proc. 405/2022
Resp. TROCA

Art. 37. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser abertos e incorporados ao exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos limites de seus saldos.

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, obedecendo o disposto no art. 4º, inciso I, letra "b" e "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início de 2023, fica autorizado, até a sua aprovação, a remessa pelo Poder Legislativo a executar as despesas obrigatórias decorrentes de pagamento de pessoal, serviço da dívida, serviços de saúde e educação, bem como as de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) ao mês de cada ano, constantes da programação de custeio.

Parágrafo Único. A assinatura de convênios para atendimento de obras e serviços da não competência do município depende de prévia autorização legislativa.

Art. 40. O Plano Plurianual para o exercício de 2022 a 2025, será reformulado em conformidade com esta Lei.

Art. 41. Acompanham e integram a presente Lei, Demonstrativos e os Anexos V e VI.

Art. 42. As metas para o resultado primário e nominal nos anexos desta lei seguem a padronização do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 19 de julho de 2022.

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

SILAS FERNANDES PINTO
Vice-Presidente

ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
1ª Secretária

VALDEIR BEZERRA DA SILVA
2º Secretário

Registrado às fls. _____ do livro competente nº. _____

EM BRANCO

Protocolo 8.366/2022

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Situação em 21/07/2022 14:14: Finalizado | Código nº 840.816.583.409.140.836

Folha 348
Proc. 405/2022
Resp.

Câmara Municipal
16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Para
DEADM - SEC - Se...
DEADM - PROT - Protocolo Geral, DEADM - SEC - Secretaria Municipal

Em 20/07/2022 às 15:15

Protocolo Câmara Municipal

Fábio, boa tarde

Seguem os seguintes documentos:

- Ofício Nº 261/2022 que encaminha o Autógrafo Número 059/2022;

- Ofício Nº 262/2022 que encaminha o Autógrafo Número 060/2022.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

Autografo_N_059_2022_PL_024.pdf (3,71 MB)	1 *download*
A revisar	
Autografo_N_060_2022_PL_051.pdf (466,07 KB)	1 *download*
A revisar	
OFICIO_261.pdf (157,02 KB)	1 *download*
A revisar	
OFICIO_262.pdf (158,33 KB)	1 *download*
A revisar	

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	20/07/2022 às 15:25
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	20/07/2022 às 15:23
Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	20/07/2022 às 15:16

20/07/2022 às 15:16

Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE CNPJ 50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Enviado via e-mail em 20/07/2022 às 15:16

Despacho 1- 8.366/2022

20/07/2022 às 15:23

Respondido



DEADM » **DEADM - SEC**

Fabio Tavares da Silva

- Secretário Municipal

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Acuso o recebimento.

At,

...

Folha 349
Proc. 405/2022
Resp. PROB

Situação atual: Finalizado

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Aguardando promulgação da lei | 20/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Folha 350
Proc. 405/2022
Resp. TROCO

Data Tramitação
20/07/2022

Unidade Local
Assessoria Legislativa - AL

Unidade Destino
Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense - PMAB

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Aguardando promulgação da lei

Turno

Urgente ?
Não

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
20 de Julho de 2022 às 15:06

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC2

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Ofício 568/2022

Código nº 670.816.591.033.385.549

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Fabio S. DEADM - SEC
(via WEB)

Destinatário
Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Folha 351
Proc. 405/2022
Resp.

Em 29/07/2022 às 11:02

Leis já promulgadas

Excelentíssimo Senhor Presidente
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, as seguintes leis já promulgadas:

- Lei 2421, de 21 de julho de 2022;
- Lei 2422, de 21 de julho de 2022;
- Lei 2423, de 25 de julho de 2022;
- Lei 2424, de 25 de julho de 2022;
- Lei 2425, de 25 de julho de 2022; e
- Lei 2426, de 25 de julho de 2022.

Encaminho ainda os arquivos de textos das referidas leis para o uso que se fizer necessário.

Os anexos da Lei 2421, são os mesmos enviados com o Projeto de Lei.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabio Tavares da Silva
Secretário Municipal

LIDO
Em 01/08/2022
PRESIDENTE

L_2421_2022.docx (64,95 KB)	0 *downloads*
L_2421_2022.pdf (1,22 MB)	0 *downloads*
L_2422_2022.docx (54,84 KB)	0 *downloads*
L_2422_2022.pdf (734,93 KB)	0 *downloads*
L_2423_2022.docx (55,96 KB)	0 *downloads*
L_2423_2022.pdf (833,70 KB)	0 *downloads*
L_2424_2022.docx (56,44 KB)	0 *downloads*
L_2424_2022.pdf (833,20 KB)	0 *downloads*
L_2425_2022.docx (64,04 KB)	0 *downloads*
L_2425_2022.pdf (834,03 KB)	0 *downloads*

L_2426_2022.docx (57,83 KB)	0 *downloads*
L_2426_2022.pdf (833,11 KB)	0 *downloads*

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	29/07/2022 às 12:55
Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	29/07/2022 às 11:28
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	29/07/2022 às 11:02

Folha 352
Proc. 405/2022
Resp. MCB

Tramitação 1- 568/2022

29/07/2022 às 11:30

Respondido

Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Fábio,

Recebemos o ofício nº 568/2022 (das leis promulgadas). Assim que a Secretaria Legislativa me encaminhar os respectivos processos você será informado.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Envolvidos

Este documento foi assinado digitalmente.

29/07/2022 às 11:30 Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE** CNPJ **50.513.589/0001-08** conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

Folha 353
Proc. 405/2022
Resp.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

LEI Nº 2421

De 21 de julho de 2022

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

DIRCEU BRÁS PANO, Prefeito do Município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de julho do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Américo Brasiliense para o exercício de 2023, compreendendo:

I – As prioridades e as metas da administração municipal;

II – A estrutura e organização do orçamento;

III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – As disposições relativas à dívida pública;

V – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente; e

VII – As disposições finais.

Art. 2º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2023, até o último dia útil do mês de agosto de 2022, observada as determinações contidas nesta Lei e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes no Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 354
Proc. 405/2022
Resp.

Orçamentárias, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

§ 1° Para cumprimento do disposto no artigo 4° da Lei de Responsabilidade Fiscal, integram esta Lei os anexos de metas fiscais e os anexos de riscos fiscais.

§ 2° As diretrizes e metas constantes deste projeto de Diretrizes Orçamentárias constarão obrigatoriamente no Plano Plurianual.

§ 3° As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo V desta Lei (Art. 165, § 2° da Constituição Federal).

§ 4° Os recursos estimados na Lei Orçamentária serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo V desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

§ 5° Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo V, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4° Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - PROGRAMA, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

II – ATIVIDADE, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário á manutenção da ação de governo; e

III – PROJETO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1° Cada programa identificará às ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria n° 42, de 14 de abril de 1.999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código "FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 355
Proc. 405/2022
Resp.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentário por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 5º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta compreenderão a programação dos órgãos e fundos do Município.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, incisos e parágrafos, da Lei nº 4.320/64, e será composto de:

I – Mensagem contendo exposição circunstanciada nos termos do art. 22, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

II – Projeto de Lei do Orçamento;

III – Tabelas Explicativas contendo os quadros presentes no inciso III e alíneas do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, em especial a tabela de despesa realizada e receita arrecadada no exercício imediatamente anterior, desdobradas nas suas categorias econômicas.

IV – Especificações dos programas especiais de trabalho.

Art. 7º Na lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de desdobramento:

I – o orçamento a que pertence; e

II – o grupo de despesa a que se refere.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária será elaborada de forma padronizada de conformidade com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber, para a padronização das informações conforme projeto AUDESP.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2023, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão, a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento (art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 536
Proc. 405/2020
Resp.

II – O princípio de transparência implica além da observação do princípio da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º Serão asseguradas aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 10. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaborados a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos e atividades (inciso I, letra "b", do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se do "caput" deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores e da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos, e de movimentação financeira de que trata o "caput" deste artigo buscar-se-á as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais; e

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma de execução das receitas e das despesas para suas unidades e também por categorias econômicas.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilier 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 357
Proc. 405/2023
Resp.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 14. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 15. Nos pedidos de abertura de créditos adicionais não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, indireta e dos fundos, se:

I – Houverem sido adequadamente atendidos todos os que tiverem em andamento;

II – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal (Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. A inclusão de recursos do Município para subvenções sociais, somente será permitida, àquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – C.N.A.S. (inciso I, art. 4º e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A concessão do benefício de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser definida em Lei específica e a entidade estar habilitada para seu recebimento.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar Declaração de Funcionamento Regular nos últimos 02 (dois) anos, emitido por autoridade Federal, Estadual ou Municipal e Comprovante de Regularidade do Mandato de sua Mesa Diretora (cópia da Ata da eleição da última Diretoria).

§ 3º As Entidades Privadas e Filantrópicas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 18. A inclusão na Lei Orçamentária Anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 358
Proc. 405/2022

Art. 19. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior ao montante equivalente a 0,5% da receita corrente líquida previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares (Art. 5º, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 21. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições constantes dos artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar nº 101/2000.

Art. 22. Se as despesas totais com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º, do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23. Se as despesas de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra ficará restrita somente quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 24. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal poderão conceder vantagens e aumento de remuneração aos servidores públicos municipais, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título em todas a áreas, desde que atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA, DESPESA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 339
Proc. 405/2022
Resp.

Art. 26. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

§ 1° A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

§ 2° Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do IPCA/IBGE.

§ 3° A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 20% (vinte por cento) por tributo lançado.

Art. 27. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medida de compensação conforme estabelecido no artigo 14, § 2° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. Durante fase de execução do orçamento o Poder Executivo deverá promover ampla transparência aos dados orçamentários, a fim de promover o controle social do gasto público e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo.

Art. 30. O Executivo municipal enviará as informações para o acompanhamento das contas ao Legislativo:

I – Mensalmente, com o envio do balancete orçamentário, extra-orçamentário, financeiro, patrimonial e de variações patrimoniais;

II – Bimestralmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de acordo com § 3°, art. 165, da Constituição Federal e artigos 52 e 53 da Lei Complementar n° 101/2000;

III – Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os valores determinados legalmente pelo art. 55 da Lei Complementar n° 101/2000.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 360
Proc. 405/2023
Resp.

§ 1º Os relatórios e demonstrativos de que trata este artigo, devem ser encaminhados por ofício contendo justificativa e análise circunstanciada sobre os dados e informações submetidos à apreciação do Legislativo.

§ 2º Os documentos submetidos para a apreciação legislativa deverão ser sumariados e numerados, a fim de garantir uma melhor análise da matéria.

Art. 31. O Executivo municipal deverá garantir a presença de membros da sociedade civil quando das audiências públicas que tratarem de matéria orçamentária."

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1º A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2º Os estudos de que trata este artigo serão apresentados ao Legislativo Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares no limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria e programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V – Transferir recursos no nível de código de aplicação em atendimento ao Projeto Audesp.

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasilie 1doc.com.br/verificacao/4FDD-0BAA-E4ED-7793 e informe o código 4FDD-0BAA-E4ED-7793

Folha 361
Proc. 405/2022
Resp.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 35. Para fins dos efeitos do artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

Art. 36. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2023, fica esse autorizado a realizar proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês em cada ano.

Art. 37. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser abertos e incorporados ao exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos limites de seus saldos.

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, obedecendo o disposto no art. 4º, inciso I, letra "b" e "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início de 2023, fica autorizado, até a sua aprovação, a remessa pelo Poder Legislativo a executar as despesas obrigatórias decorrentes de pagamento de pessoal, serviço da dívida, serviços de saúde e educação, bem como as de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) ao mês de cada ano, constantes da programação de custeio.

Parágrafo Único. A assinatura de convênios para atendimento de obras e serviços da não competência do município depende de prévia autorização legislativa.

Art. 40. O Plano Plurianual para o exercício de 2022 a 2025, será reformulado em conformidade com esta Lei.

Art. 41. Acompanham e integram a presente Lei, Demonstrativos e os Anexos V e VI.

Art. 42. As metas para o resultado primário e nominal nos anexos desta lei seguem a padronização do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino", aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois).

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal.

FABIO TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal

Registrada às fls. 129/138 do livro competente n.º 42 (quarenta e dois).

Folha 627
Proc. 405/2022
Resp. DRCB

Lei 2421 - LDO. PL. 24.

CD Contendo 264 páginas, numeradas de 263 a 626

PÁGINA EM BRANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022 | Proposição transformada em lei por promulgação | 29/07/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2022)

Listar Tramitações | Adicionar Tramitação | Editar | Excluir

Tramitação

Data Tramitação
29/07/2022

Unidade Local
Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense - PMAB

Unidade Destino
Assessoria Legislativa - AL

Data Encaminhamento

Data Fim Prazo

Status
Proposição transformada em lei por promulgação

Turno

Urgente ?
Não

Folha 628
Proc. 405/2022
Resp.

Texto da Ação

Usuário
Raquel

IP
201.33.203.252

Data e Hora da Edição
9 de Agosto de 2022 às 11:06

OpenAPI

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Rua Manoel Borba, 298 - Centro
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134
OpenAPI | Site | Fale Conosco

EM BRANCO

Folha 629
Proc. 405/2022
Resp. TRCB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2022, nesta Secretaria Legislativa, faço o encerramento do processo nº 405 / 2022, contendo 629 folhas, incluindo este Termo.

TRCardosoB

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Chefe da Secretaria Legislativa

EM BRANCO